

"ENCONTRO SOBRE ÍNDIOS ISOLADOS E DE CONTATO RECENTE"COMUNICADO FINAL

Os últimos grupos isolados dos povos nativos da América encontram-se ameaçados de extermínio pela implementação dos planos de ocupação e saque dos recursos naturais da região amazônica. A gravidade da situação motivou um encontro de indigenistas, antropólogos, missionários, advogados e representante da União das Nações Indígenas (UNI), promovido pela Operação Anchieta (OPAN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 27 a 30 de outubro, em Cuiabá - MT, na tentativa de estabelecer formas de atuação na defesa da sobrevivência física e cultural desses povos ameaçados.

O recente massacre dos índios Nambikwara do rio Omê, no Estado de Rondônia, reflete a dramaticidade das violências que pairam sobre mais de 50 grupos indígenas, ainda isolados, vivendo na Amazônia brasileira.

Principalmente a partir dos anos 70, quando a política de incentivos fiscais e abertura de estradas possibilitou a colonização acelerada e caótica, a implantação de grandes projetos agro-pecuários e de exploração madeireira, e atendeu aos interesses das empresas de mineração, inúmeros grupos indígenas foram atingidos e alguns, dizimados. Os Tapayuna, também conhecidos por Beirão-de-Pau, contatados no rio Arinos, no Estado do Mato Grosso em 1968, um ano após, reduzidos de 600 para 41 indivíduos, perderam totalmente suas terras e foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu. Os Kre-Akare, do rio Peixoto de Azevedo (MT), contatados em 1973 para permitir a construção da estrada Cuiabá - Santarém, tiveram destino semelhante: com sua população reduzida de 400 para 87

pessoas foram levados apressadamente para o Xingu. Os Cinta Larga, no Mato Grosso e Rondônia, cerca de 5.000 ainda nos anos 60, não passam atualmente de 1.000 indivíduos. Os Waimiri-Atroari, no Amazonas e Roraima, forçados ao contato pela BR-174 (Manaus - Caracará), somando 3.000 na época do contato, não passavam pouco tempo depois de apenas 500. Através de epidemias de gripe, sarampo, doenças venéreas, envenenamentos, ataques armados, alguns até com uso de bombas e metralhadoras, o extermínio dos povos indígenas tem acompanhado a execução dos projetos de ocupação da região amazônica.

Os atuais projetos governamentais, tais como o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e o Projeto Calha Norte, fatalmente acarretarão a desintegração dos grupos indígenas isolados, pressionados por todos os lados, cercados hoje nos seus últimos refúgios. Sob o pretexto de "Segurança Nacional" e "Desenvolvimento", pretende-se ocupar a área de fronteiras com núcleos de colonização e batalhões militares, retomando-se assim a velha idéia de "fronteiras vivas". Pretende-se ainda reavivar a desastrosa política das colônias agrícolas indígenas, expropriando seus territórios tradicionais e confinando-os em pequenos espaços. É evidente o desejo de liberar as terras indígenas e suas riquezas para os grupos econômicos, de capital nacional e internacional, como já vem ocorrendo com a concessão de centenas de alvarás de pesquisa mineral, a extração de madeiras-de-lei, a construção de hidrelétricas etc.

A atuação do órgão indigenista oficial, a FUNAI, está longe de garantir a necessária proteção a esses grupos. Pelo contrário, sua prática de atração e contato de grupos isolados tem se pautado por uma ineficiência suspeita, limitando-se a atuar nos casos em que os grupos indígenas se constituem em obstáculo imediato a implantação dos projetos desenvolvimentistas. Após a "pacificação", os Parakanã, na região da hidrelétrica de Tucuruí, os Yanomami e os Matis na Perimetral Norte, e os Arara na Transamazônica, entre inúmeros outros

povos indígenas que poderiam ser citados, sofreram drástica de população, transferências e expropriação da maior parte de suas terras. Por outro lado, nos casos em que os grupos isolados não significam um entrave à ocupação da região, a FUNAI costuma deixá-los no esquecimento, ou aos cuidados das missões de fé (MEVA, New Tribes, MICEB, Summer Institute etc), que têm se mostrado igualmente desqualificadas para garantir, aos grupos indígenas recém-contatados, condições de manterem sua autonomia.

Não é de se estranhar, portanto, que a FUNAI esteja anunciando seu Plano Especial para atração dos últimos grupos indígenas isolados, o que nos parece tem o objetivo de facilitar a implantação dos novos planos governamentais (PDA, Calha Norte etc). Manifestamos, por isso, nossa legítima preocupação pelo destino dos povos indígenas que ainda resistem bravamente na Amazônia.

Cuiabá, 30 de outubro de 1986